



ESTUDOS
UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura

60
anos



PROEXT
PRÓ-REITORIA
DE EXTENSÃO

Estudo

Texto recebido em: 7 mar. 2024. Aprovado em: 6 set. 2024.

SILVA, Roberto Marinho Alves da; ROCHA, Maria Augusta Bezerra da. Ajuste fiscal, pandemia e desigualdades regionais: uma análise das determinações sociais da "mesma morte Severina" no Nordeste (2016 a 2022). *Estudos Universitários: revista de cultura*, UFPE/Proext, Recife, v. 41, n. 1, p. 1-37, jan./dez. 2024.

<https://doi.org/10.51359/2675-7354.2024.261974>

ISSN Edição Digital: 2675-7354



Esta obra está licenciada com uma [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
[Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Ajuste fiscal, pandemia e desigualdades regionais: uma análise das determinações sociais da "mesma morte Severina" no Nordeste (2016 a 2022)

Fiscal adjustment, pandemic and regional inequalities: an analysis of the social determinants of the "same Severe Severino death" in Brazil's Northeast (2016 to 2022)

Roberto Marinho Alves da Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
(UFRN)

Doutor em Desenvolvimento Sustentável

E-mail: rmas2007@gmail.com



<https://orcid.org/0000-0003-0532-9377>



<http://lattes.cnpq.br/2334019578757276>

Maria Augusta Bezerra da Rocha

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
(UFRN)

Mestre em Serviço Social

E-mail: maria.augustar@ufpe.br



<https://orcid.org/0000-0003-1133-2353>



<http://lattes.cnpq.br/6734006541731788>

Resumo

O presente artigo busca analisar as implicações do ajuste fiscal ultraneoliberal no agravamento dos níveis de insegurança alimentar na Região Nordeste do Brasil entre os anos de 2016 a 2022. Com essa intenção, realizou-se um

estudo bibliográfico e documental, comportando uma revisão de literatura para apreensão de fatores determinantes no contexto histórico e no aprofundamento das categorias analíticas, bem como uma coleta de informações documentais em fontes secundárias, tendo por referência indicadores da desigualdade regional e insegurança alimentar no Brasil. A pesquisa bibliográfica permitiu que se compreendesse a questão da fome na realidade brasileira e nordestina de forma crítica, como fenômeno político: é ela a mais grave expressão da desigualdade social, que ganha contornos históricos de calamidade estrutural diante das desigualdades regionais no Brasil. Assim, destaca-se, no século XXI, um duplo movimento, sendo o primeiro caracterizado por tentativas de enfrentamento às desigualdades regionais e do combate à fome, que tiveram maior incidência na Região Nordeste até 2014; e o segundo caracterizando-se por um movimento de forte retração dessas políticas públicas a partir de 2016, com o aprofundamento do ajuste fiscal. Essas últimas medidas contribuíram para o agravamento da insegurança alimentar e nutricional na realidade brasileira e regional nordestina, amplificando a crise social e sanitária da pandemia da Covid-19, ocorrida entre 2020 e 2022. Dessa forma, é possível a apreensão de determinações estruturais da reprodução de cenários reais da “mesma morte Severina”, como escreveu o autor João Cabral de Melo Neto.

Palavras-chave: Região Nordeste. ajuste fiscal. insegurança alimentar e nutricional.

Abstract

This article seeks to analyze the implications of the ultra-neoliberal fiscal adjustment for the worsening levels of food insecurity in the Northeast Region of Brazil between 2016 and 2022. To this end, a bibliographic and documentary study was carried out, including a literature review to understand the determining factors in the historical context and to deepen the analytical categories, as well as a collection of documentary information from secondary sources, with reference to indicators of regional inequality and food insecurity in Brazil. The bibliographical research allowed us to understand the issue of hunger in the Brazilian and the Brazilian Northeastern reality in a critical way, as a political phenomenon: it is the most serious expression of social inequality, which takes on the historical outlines of a structural calamity in the face of regional inequalities in Brazil. Thus, in the 21st century, two political movements stood out in Brazil: the first was characterized by attempts to tackle regional inequalities and the fight against hunger, which had a greater impact in the Northeast region until 2014; and the second was characterized by a sharp retraction of these public policies from 2016 onwards, with the deepening of the fiscal adjustment. These latest measures have contributed to the worsening of food and nutritional insecurity in Brazil and its Northeast region, amplifying the social and health crisis of the Covid-19 pandemic, which occurred between 2020 and 2022. In this way, it is possible to grasp the structural determinants of the reproduction of real scenarios' "same Severe Severino death" ("mesma morte Severina"), as the author João Cabral de Melo Neto wrote.

Keywords: Northeast Region of Brazil. fiscal adjustment. food and nutritional insecurity.

INTRODUÇÃO

Diante da eclosão da questão regional no Brasil, desde meados do século XX, as políticas de incentivo ao desenvolvimento regional contribuíram para amenizar déficits históricos, porém sem alteração significativa nas desigualdades sociais, sendo estas medidas pela concentração da renda no espaço intrarregional. O enfrentamento dessas desigualdades históricas tornou-se ainda mais desafiador diante do aprofundamento das políticas neoliberais de austeridade fiscal e das demais contrarreformas nas políticas sociais, com incidência mais latente a partir da década de 1990 e então adentrando o século XXI, mesmo com algumas alterações favoráveis vivenciadas durante os governos petistas de 2003 até meados de 2016.

De fato, desde 2015, no primeiro ano do segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff, pôs-se em marcha um aprofundamento das medidas de ajuste fiscal, buscando-se conter o avanço da crise econômica e da crise política no Brasil, o que impactou a redução dos investimentos públicos e das capacidades de intervenção do Estado em suas funções de promotor do bem-estar social. O aprofundamento da crise institucional resultou em um golpe jurídico-parlamentar e midiático, com a

posterior ascensão de governos de perfil ultraneoliberal¹ que impuseram ao país um ajuste fiscal de caráter estrutural, tendo como principal medida a Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, a qual determinou um Novo Regime Fiscal (NRF), conhecido por Regime Fiscal Sustentável ou Novo Arcabouço Fiscal, o qual limitou por 20 anos os investimentos públicos e manteve intactas as despesas com os serviços e juros da dívida, isso em benefício das instituições financeiras, mas com profundas implicações em várias políticas públicas que tinham por intenção a redução de desigualdades sociais e regionais.

Nesse contexto, constituiu-se, assim, um cenário de ampliação da concentração de renda, assim como, consequentemente, da desigualdade, o que se aprofundou ao passar dos anos, refletindo também nos níveis de insegurança alimentar e no agravamento da fome no Brasil, tanto que um estudo da Oxfam Brasil (2018) sobre as desigualdades no país destacou que, em quatro anos, a proporção de pobres voltou aos mesmos níveis de 2012, com o Brasil passando da 10ª posição de país mais desigual do mundo para a 9ª.

Nesse sentido, busca-se analisar neste artigo quais foram as implicações do aprofundamento do ajuste fiscal no agravamento dos níveis de insegurança alimentar na Região Nordeste do Brasil, partindo de um recorte

¹ Se refere a um novo momento ou fase do neoliberalismo (Behring, 2021), na qual o padrão de acumulação de capital sob a hegemonia financeira, implica no aprofundamento de medidas que promovem, de forma violenta, a erosão de direitos sociais tendo uma base conservadora que justifica e dissemina os valores neoliberais como “uma nova razão do mundo” (Dardot; Laval, 2016), promovendo ataques aos valores e princípios da justiça social e da democracia.

temporal entre os anos de 2016 a 2022. Com essa intenção, realizou-se aqui um estudo bibliográfico e documental, o qual compreendeu uma revisão de literatura para a apreensão de determinantes do contexto histórico e de pesquisas acerca das categorias analíticas (desigualdade, fome, ajuste fiscal e ultraneoliberalismo). A coleta de informações documentais foi centrada em programas federais de segurança alimentar e nutricional e na seleção e análise de indicadores relativos à desigualdade regional e à insegurança alimentar no Brasil e suas regiões. As fontes secundárias utilizadas neste estudo abrangem a Pesquisa de Orçamentos Familiares realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2020 e as duas edições do *Inquérito sobre a Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil*, realizadas pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional em 2021 e 2022.

Além desta introdução e das considerações finais, o artigo encontra-se organizado em quatro partes. A primeira aborda a questão da fome na realidade brasileira e nordestina com base em estudos clássicos, buscando a compreensão desta de forma crítica, como fenômeno político que ganha contornos históricos de calamidade estrutural diante das desigualdades regionais no Brasil. Em seguida, são destacadas algumas iniciativas políticas de enfrentamento às desigualdades regionais (implícitas e explícitas)² e à fome, que tiveram maior vigor e incidiram

² Segundo Araújo (2014), políticas de desenvolvimento regional implícitas são aquelas que não se voltam diretamente para o enfrentamento às desigualdades regionais, mas que possuem um impacto regionalmente diferenciado. Enquanto isso, as políticas regionais explícitas são aquelas voltadas diretamente para enfrentar a questão regional do país.

na Região Nordeste no início do século XXI. A terceira parte do artigo, por sua vez, aborda os limites dessas políticas em um cenário social e político adverso, a partir de 2016, com o aprofundamento do ajuste fiscal ultraneoliberal. A quarta parte contém uma descrição e análise de indicadores de insegurança alimentar e nutricional na realidade brasileira e regional nordestina no século XXI, destacando o cenário pandêmico. Por fim, a leitura deste texto conduz a uma apreensão sobre determinações estruturais da reprodução de cenários reais da “mesma morte Severina”, tal qual expresso na obra do pernambucano João Cabral de Melo Neto.

POBREZA, DESIGUALDADE E FOME NO BRASIL: AS RAÍZES DO PASSADO E OS FRUTOS DO PRESENTE

Numa análise realizada a partir da busca pelo entendimento das múltiplas dimensões da realidade e, por isso, numa perspectiva de totalidade, compreende-se que cada dimensão se insere em um movimento de maior complexidade que a contém e a determina. Em exemplo prático, quando se olha a pobreza e a desigualdade na sociedade, trata-se de um fenômeno que aparece no cotidiano, no entanto, que necessita ser entendido de modo contextualizado no âmbito da sociabilidade capitalista vigente, a qual, por basear-se fundamentalmente na produção social da riqueza e na apropriação privada desta, acarreta um conjunto de iniquidades. Dessa forma, a pobreza e a desigualdade social só podem ser entendidas na sociabilidade em que estão situadas, ou seja, no modo de produção capitalista,

sendo estas expressões da questão social³, como apontou Siqueira (2011, p. 210) ao dissertar que “o concreto da sociedade capitalista contém e determina a pobreza pela sua forma de estruturação das relações sociais e dinâmica de funcionamento: Lei geral de acumulação capitalista, em que se sustenta a questão social”.

A fome coletiva enquanto um fenômeno social generalizado, atingindo de forma endêmica ou epidêmica grandes massas humanas, foi amplamente estudada por Josué de Castro, constituindo-se como o eixo central de sua vasta obra, a partir do qual ele articulou suas análises aos demais temas do subdesenvolvimento, da desigualdade social e da questão agrária. Assim, a fome foi apreendida pelo autor a partir de uma vivência existencial, como um salto qualitativo do conhecimento específico e localizado para uma formulação teórica universal, não se tratando apenas de um artifício mental de indução ou dedução lógica, mas da compreensão dos laços ou nexos existenciais da realidade social:

E quando cresci e saí pelo mundo afora, vendo outras paisagens, me apercebi com nova surpresa que o que eu pensava ser um fenômeno local, era um drama universal. Que a paisagem humana dos mangues se reproduzia no mundo inteiro. Que aqueles personagens da lama do Recife eram idênticos aos personagens

³ Esse termo condensa em si o conjunto das expressões da desigualdade social engendradas na sociedade capitalista madura, em que estas possuem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana — o trabalho —. Assim, denomina-se “questão social” a esses dilemas e ancora-se nessa lei geral de acumulação capitalista (Iamamoto, 2001).

de inúmeras outras áreas do mundo assolados pela fome. Que aquela lama humana do Recife, que eu conhecera na infância, continua sujando até hoje toda a paisagem de nosso planeta como negros borões de miséria: as negras manchas demográficas da geografia da fome (Castro, 1966, p. 16).

A visão de totalidade é fundamental nas análises de Castro, rompendo com reducionismos teóricos da realidade em geral e da fome em particular. Foi nesse sentido que o cientista optou por não tratar o problema da fome como um simples fato biológico, mas sim estabelecer as suas conexões com o social, o econômico, o político e o cultural, criticando a tendência de especialização que prevalecia na maioria dos estudos científicos sobre a fome, os quais ficavam limitados a um dos seus aspectos parciais, projetando uma visão unilateral. Ao romper o silêncio premeditado sobre essa questão, em sua obra seminal publicada em 1946, sobre a *Geografia da Fome*, Castro (2001) entrou em conflito com o pensamento conservador que prevalecia nos estudos sobre esse assunto nas áreas da Fisiologia, da Nutrição, da Economia, entre outras.

Nesse sentido, o autor revelou as dificuldades pelas quais passou ao trazer a fome à tona das discussões políticas no Brasil. Tanto *Geografia da Fome* (Castro, 2001) quanto *Geopolítica da Fome* (Castro, 1951) demonstraram que as verdadeiras causas da fome não são de ordem natural, nem derivadas da densidade demográfica crescente diante das limitações dos recursos naturais para a produção de alimentos, conforme defendia o

malthusianismo mecanicista⁴. Castrou trouxe à tona que a explicação das causas da fome deve ser buscada nos sistemas socioeconômicos, pois o que está na origem deste fenômeno é a concentração da renda e da estrutura fundiária; a expropriação dos trabalhadores; a utilização da terra para uma agricultura de exportação, em detrimento da produção interna de alimentos; entre outros fatores (Castro, 2001).

É nesse aspecto que encontramos a relação direta entre a fome e o subdesenvolvimento. Para Castro (1951), o subdesenvolvimento não se refere à ausência ou insuficiência de desenvolvimento, pois é um subproduto negativo de um tipo de desenvolvimento desequilibrado, daquele que traz consigo, de um lado, suas riquezas, e, de outro, a miséria. Essa situação, encontrada até hoje nos chamados países subdesenvolvidos (e mais particularmente em algumas de suas regiões), não se explica por razões naturais, mas por razões históricas. Estes são aqueles países que tiveram suas riquezas econômicas abusivamente exploradas pelo regime colonial ou neocolonial exercido pelas grandes potências industriais.

A Região Nordeste do Brasil recebeu atenção especial na profícua obra de Josué de Castro desde a sua juventude, como em 1936, quando este escreveu o livro *Documentário do Nordeste*, abordando, de forma sintética

⁴ Castro (2003) se refere à explicação do economista inglês Thomas Robert Malthus de que a fome decorria do rápido crescimento das populações humanas, em progressão geométrica, enquanto a produção de alimentos se desenvolveria em progressão aritmética. Segundo Malthus, isso resultaria na ausência de recursos suficientes para suprir as necessidades alimentares da humanidade. Para Castro (2003, p. 47) “Não tem esta afirmação de Malthus qualquer base científica”.

e literária, os grandes temas que foram aprofundados em seus estudos sobre a questão regional. O livro distingue as áreas regionais com suas particularidades e similitudes, expondo com nitidez o drama humano da fome e da miséria nos manguezais do Recife, onde homens e caranguejos dividem a vida e o ambiente da lama na área canavieira e nas áreas secas, onde o drama das fomes epidêmicas e da injustiça estrutural explicam o subdesenvolvimento: “[...] o Nordeste, dentro do conjunto nacional, é o ponto máximo no qual transparece o subdesenvolvimento” (Castro, 1967, p. 167).

Para o autor, perceber o tipo de exploração no território — colonial e neocolonial — é a base da compreensão da questão regional nordestina, pois o colonialismo se caracteriza como um tipo de exploração das terras e das populações subjugadas, sempre a serviço dos interesses externos e, quando muito, associado às camadas privilegiadas nacionais e regionais que não têm compromisso com o futuro da nação. Desse modo, o sistema de dominação se repete internamente, provocando as diferenciações regionais e promovendo um tipo de desenvolvimento econômico setorial, isto é, restrito a certas áreas e setores econômicos mais rentáveis que atraem os investimentos capitalistas, de forma que a política colonialista não cessou com a independência das colônias.

No Brasil, o processo inicial de industrialização foi também concentrado nas regiões mais dinâmicas de acumulação de capital, deixando no abandono as regiões mais pobres do país: “A filosofia do desenvolvimento brasileiro nos últimos anos foi concebida dentro desta idéia (*sic*) de desenvolver mais o já desenvolvido e não de

integrar no sistema econômico nacional as atuais áreas marginais, tais como o Nordeste e a Amazônia” (Castro, 2001, p. 270).

Dessa maneira, é percebido que a fome na Região Nordeste decorre também do trato que é dado pelo Estado à questão regional por meio das políticas públicas. De modo geral, para cumprir as análises aqui propostas em relação às políticas de desenvolvimento regional voltadas para enfrentar as desigualdades regionais históricas, adota-se neste estudo a divisão proposta por Diniz e Crocco (2006), os quais demarcam três gerações de políticas: 1) A primeira geração, que foi até meados dos anos 1970, na qual destacam-se políticas regionais do tipo *top-down* (de cima para baixo), com ênfase na demanda e na correção das disparidades inter-regionais; 2) A segunda geração, a qual se desenvolveu a partir dos anos 1990, com políticas do tipo *bottom-up* (de baixo para cima), de caráter descentralizado e focado na produtividade endógena das economias regionais e locais; e 3) A terceira geração, entre o final dos anos 1990 e o início do século XXI, que articulou as duas anteriores em uma perspectiva multiescalar, conforme será abordado na próxima seção.

A REGIÃO NORDESTE NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS REGIONAIS IMPLÍCITAS E EXPLÍCITAS

As políticas regionais da terceira geração foram desenvolvidas com maior ênfase no início do século XXI, sobretudo quando vinculadas aos governos petistas à frente do Poder Executivo. Como sintetizam Silva e Silva (2017), os mandatos do Partido dos Trabalhadores (PT), entre 2003 e 2016, foram marcados pelas contradições de

um governo de coalizão de classes, situado entre forças representativas do capital e do trabalho. Essa coalizão significou uma inflexão nas políticas neoliberais da década de 1990, mas “sem romper frontal e integralmente com as políticas de estabilização monetária do período anterior, de garantia de superávit primário, do regime de metas de inflação e do câmbio flutuante” (Silva; Silva, 2017, p. 42).

Em relação a como nomear esse tipo de coalizão e de forma de governar, há diferentes perspectivas de análise, desde uma compreensão destes como um neodesenvolvimentismo, que combina crescimento econômico com redução da desigualdade social, até outras visões que os colocam como um social-liberalismo, que se trata de uma estratégia adotada pelas classes dominantes em contexto de crise do capital, conforme análise de Castelo (2013). Em linhas gerais, essa segunda perspectiva reconhece que, apesar das falhas do mercado, ele ainda é a melhor forma para a organização da riqueza, bastando às classes dominantes globais dotarem o neoliberalismo “de uma agenda social, buscando dar uma face humana ao desenvolvimento e à ‘globalização’ para reduzir as tensões sociais e políticas” (Castelo, 2013, p. 121). Desse modo, ao passo que mantém a cartilha neoliberal das políticas macroeconômicas de ajuste fiscal, o Estado social-liberal é convocado a ter uma atuação ativa nas expressões mais explosivas da “questão social”, como a extrema pobreza, a degradação ambiental, as doenças contagiosas e a violência (Castelo, 2013).

No tocante às políticas de desenvolvimento regional nessa conjuntura, a terceira geração de políticas regionais está expressa na Política Nacional de Desenvolvimento

Regional (PNDR), concebida entre 2004 e 2005 (Brasil, s. d.). A PNDR I vigorou entre 2003 e 2011, e a PNDR II está em vigor desde 2012, implementando melhorias a partir da experiência anterior, de acordo com Resende *et al.* (2015). Na PNDR I, o tratamento concedido ao desenvolvimento regional ganhou sobrevida, e um dos elementos da materialização dessa retomada foi a recriação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) em 2007, por meio da Lei Complementar nº 125, incluindo diretrizes que incentivassem o desenvolvimento regional.

Mesmo assim, as políticas regionais explícitas, voltadas diretamente para enfrentar a questão regional do país a partir do enfrentamento às assimetrias entre as regiões, não foram priorizadas nos governos petistas. Os principais avanços nesse período estão relacionados a outras políticas que impactaram mais positivamente a realidade regional, como a previdência social rural, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa Bolsa Família (PBF), além dos aumentos reais do salário mínimo, da expansão do crédito para o consumo e da ampliação das vagas nos ensinos técnico e superior, entre outras medidas consideradas por Araújo (2014) como políticas de desenvolvimento regional implícitas, ou seja, aquelas que não se voltam diretamente para o enfrentamento às desigualdades regionais, mas que tem repercussões regionalmente diferenciadas, impactando positivamente as Regiões Norte e Nordeste (Araújo, 2014).

É possível identificar impactos importantes no Nordeste entre 2000 e 2010 a partir de um panorama traçado pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), em estudo prospectivo:

A. Crescimento do Produto Interno Bruto: A economia nordestina apresentou, no período compreendido entre 2000 e 2010, uma expansão superior à economia nacional: o PIB regional cresceu à taxa de 4,4% a.a., ao passo que o PIB brasileiro registrou um desempenho de 3,6% a.a., segundo informações das Contas Regionais do IBGE (...) (BNB, 2014, p. 43).

B. Aumento do trabalho formal: o número de empregados com carteira de trabalho assinada passou de 3,8 milhões em 2000 para 6,5 milhões em 2010, equivalente a uma taxa anual média de crescimento de 5,5% (Tabela 3) (BNB, 2014, p. 54).

C. Expansão da massa de rendimentos do conjunto de pessoas ocupadas no Nordeste: patamar que atravessou de 5,5% entre 2000 e 2010, passando, entre os anos considerados, de um total de R\$ 12,9 bilhões (a preços de 2010) para R\$ 19,7 bilhões. Esse avanço foi relativamente mais intenso que o verificado no Brasil e refletiu, conforme indicado, os efeitos positivos decorrentes da elevação real do salário mínimo na década, uma vez que 51,2% da população nordestina recebiam até 1 salário, quando no País essa proporção foi de 32,7% (BNB, 2014, p. 54).

Esse conjunto de medidas adotadas pelos governos petistas à frente do Executivo contribuiu para reduzir os níveis da pobreza extrema no Brasil, principalmente na

Região Nordeste. A melhoria de renda, fosse pelos programas de transferência ou pela ampliação dos postos de trabalho e aumento real do salário mínimo, produziram um efeito virtuoso na economia por conta do aumento do poder de compra da classe trabalhadora, ampliando também o acesso desta às políticas sociais como habitação, educação, saúde, benefícios assistenciais e segurança alimentar.

Assim, um dos destaques na melhoria dos indicadores sociais em âmbito nacional foi exatamente o de redução da insegurança alimentar e nutricional, resultando na saída do país do mapa mundial da fome em 2014, conforme o relatório sobre o Estado da Insegurança Alimentar no Mundo (FAO, 2014), no qual o indicador de Prevalência de Subalimentação, medida empregada pela FAO há 50 anos para dimensionar e acompanhar a fome em nível internacional, chegou a nível menor que 5% no Brasil.

No que se refere aos avanços e limites das políticas sociais nos governos petistas, esse processo de investimentos sociais, sobretudo vinculados às políticas de desenvolvimento regional, alcançaram certas restrições impostas pelas medidas de aprofundamento do ajuste fiscal que se seguiram ao golpe institucional de 2016, conforme destaca-se na sequência deste artigo.

GOLPE INSTITUCIONAL E RESTAURAÇÃO ULTRANEOLIBERAL: IMPLICAÇÕES DO AJUSTE FISCAL

Nessa conjuntura, como apontam Silva e Silva (2017), mesmo quando a crise se aprofundou após as eleições de 2014, a presidenta Dilma Rousseff tentou reconstruir sua

base de apoio junto aos setores empresariais através de políticas econômicas neoliberais mais ortodoxas. Mesmo assim, a coalizão se rompeu: a burguesia queria mais.

A crise política vinha se aprofundando desde 2013, momento em que se ampliaram as manifestações populares, as quais foram conduzidas inicialmente pelos movimentos sociais e partidos de esquerda, que exigiam ampliação dos investimentos sociais e melhora da qualidade dos serviços, especialmente nas áreas urbanas. Entretanto, esse movimento foi rapidamente cooptado pela grande mídia golpista e pelos grupos liberais e de extrema direita, fragilizando ainda mais o governo.

Com o esgotamento do pacto de coalizão, orquestrou-se o golpe que tirou o mandato presidencial legítimo da presidenta Dilma e levou ao poder Michel Temer, aprofundando-se, então, o ajuste fiscal. Essas expressões conservadoras na realidade brasileira se apresentaram de maneira mais contundente em 2014/2015, ainda no mandato da presidenta Dilma Rousseff, fazendo parte de um movimento mais amplo de avanço da extrema direita em todo o mundo, como aponta Brown (2019, p. 9-10): “Para sua própria surpresa, forças da extrema direita subiram ao poder nas democracias liberais pelo mundo todo. Cada eleição traz um novo choque: neonazistas no parlamento alemão, neofascistas no italiano, [...], regimes autoritários tomando forma na Turquia e no Leste Europeu e, é claro, o trumpismo”.

Na realidade brasileira não foi diferente: o movimento reacionário foi se formando em 2015 pela deposição e *impeachment* de uma presidenta eleita democraticamente e, como aponta Boito Júnior (2020, p.

115), “de lá, saiu, após depuração, o movimento especificamente neofascista – o bolsonarismo”. Nessa conjuntura, o aprofundamento do conservadorismo de tendência fascista⁵ acentua o que, na literatura econômica, segundo Salvador (2020), denomina-se política de austeridade, em particular, a fiscal. Essas medidas expressam a prioridade de realização de superávit primário como forma de ampliação da captura e transferência do fundo público ao capital rentista, mediado pela dívida pública.

Dessa forma, promoveu-se um ajuste estrutural chamado de Novo Regime Fiscal (NRF), com o congelamento e redução de investimentos sociais, conforme preconizado na Emenda Constitucional nº 95/2016, que representa “um draconiano ajuste fiscal, que impede a expansão do orçamento, em particular, das despesas públicas discricionárias nas políticas de saúde, educação, ciência e tecnologia, infraestrutura [...]” (Salvador, 2020, p. 4). Assim, os governos ultraneoliberais de Michel Temer e de Bolsonaro ampliaram, no país, o ajuste fiscal de caráter permanente (Behring, 2021), tendo como principal medida um Novo Regime Fiscal que limita por 20 anos os gastos correntes do governo.

Desde então, conforme os estudos de Samico e Samico (2020), baseados em dados da Pesquisa Nacional

⁵ Definimos o movimento fascista como um movimento reacionário de massa. O fascismo não é um movimento burguês, por mais que chegue ao governo cooptado pela burguesia e embora seja, desde o seu início, ideologicamente dependente da burguesia. Ele é um movimento de massa de uma camada intermediária e apresenta, portanto, elementos ideológicos e interesses econômicos de curto prazo, que podem destoar da ideologia e dos interesses econômicos imediatos da burguesia (Boito Júnior, 2020, p. 115).

por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) para o ano de 2019, os lares sem renda do trabalho bateram recorde, superando o pior momento desde a recessão de 2014-2016. Essas mudanças apontam para o que Behring (2021, p. 190) sinalizou como o aprofundamento do neoliberalismo brasileiro, com este entrando em uma nova fase:

Desde o golpe parlamentar, judiciário e mediático (*sic*) de 2016, há um novo momento do neoliberalismo no Brasil, adequado aos desdobramentos da crise do capitalismo que se agudizou nos últimos anos, com seus impactos deletérios para o Brasil. Apesar de algumas semelhanças discursivas e de medidas concretas com o projeto contrarreformista de FHC, não se trata mais da fase fundacional do neoliberalismo entre nós, mas de um novo, mais profundo e violento momento.

Dessa maneira, Behring (2021) chama atenção para esse terceiro momento do neoliberalismo no Brasil, posto que, com o golpe de 2016 e seus desdobramentos, adentramos em uma austeridade ainda mais profunda com o ultraneoliberalismo. Apesar do cenário dramático que já se apontava com a radicalidade neoliberal do governo Temer, a extrema direita com traços fascistas, em 2018, elegeu-se ao Poder Executivo por meio da figura de Jair Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL) (2019-2022), contando com o apoio de frações da burguesia nacional e internacional e com uma base social caracterizada pela disseminação do ódio e de ataques à

democracia, combinando em si neofacismo e ultraneoliberalismo. Nesse sentido, conforme afirma Souza (2016, p. 210), a ideologia conservadora contemporânea, como se apresenta no Brasil em suas tendências ideais, teóricas e políticas, “é portadora de uma tendência ao crescimento da intolerância e da agenda de ataques aos direitos civis, políticos e sociais”.

É nesse contexto que podemos situar as contrarreformas que produziram impacto nas condições de vida e trabalho da população brasileira, a exemplo da Reforma Trabalhista⁶ (Lei nº 13.467/17), que precarizou ainda mais as condições de trabalho, e da Reforma da Previdência (Emenda Constitucional nº 103)⁷, em 2019, que dificultou o acesso a esse direito essencial. Essas contrarreformas sintetizam um processo de expropriação dos meios de vida dos trabalhadores e, como aponta Behring (2021), provocarão um generalizado e ainda mais amplificado contexto de empobrecimento da população a médio prazo.

⁶ Em sua redação, a proposta foi implementada com os objetivos de aumentar o número de postos de trabalho e formalizar os vínculos no Brasil. Filgueiras (2019) ressalta como a Reforma alterou, suprimiu ou incluiu mais de uma centena de artigos das normas de proteção ao trabalho, particularmente da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), abrangendo todos os aspectos das relações empregatícias.

⁷ “O mais violento ataque sofrido pelos trabalhadores(as), especialmente para os jovens a ingressarem no regime geral da Previdência, é a combinação entre idade mínima - 65 anos para homens e 62 para mulheres - e o tempo de contribuição mínimo de 15 anos para mulheres e 20 para homens. Apenas com 30 (mulheres) e 35 (homens) anos de contribuição um (a) trabalhador (a) poderá receber o máximo a que tem direito, e claro, limitado pelo teto baixo da Previdência Social brasileira - fixado em R\$6.101,06 em 2020” (Behring, 2021, p. 217 e 218).

Dessa forma, o ajuste fiscal tem implicações diretas no agravamento das desigualdades regionais e sociais, sendo a fome a mais grave expressão desse processo na Região Nordeste, conforme se busca demonstrar na sequência deste estudo.

AJUSTE FISCAL, CRISE PANDÊMICA E INSEGURANÇA ALIMENTAR: A “MESMA MORTE SEVERINA”

Somos muitos Severinos
iguais em tudo na vida:
[...]

E se somos Severinos
morremos de morte igual,
mesma morte Severina:
que é a morte de que se morre
de velhice antes dos trinta,
de emboscada antes dos vinte,
de fome um pouco por dia
(de fraqueza e de doença
é que a morte severina
ataca em qualquer idade,
e até gente não nascida).

Morte e Vida Severina — João Cabral de Melo Neto (1974)

A *Morte e Vida Severina*, registrada por João Cabral de Melo Neto entre 1954 e 1955, retrata os nordestinos no período que a Região ainda possuía fraco dinamismo econômico, desigualdades profundas que marcaram a vida do seu povo e a própria falta de perspectiva dos

mesmos Severinos e Severinas, cujas vidas eram atravessadas por inúmeras violências, violações de direitos e mortes: “de que se morre, de velhice antes dos trinta, de emboscada antes dos vinte e de fome um pouco por dia” (Melo Neto, 1974, p. 74) .

Apesar de se passarem 69 anos entre o escrito de João Cabral de Melo Neto e a escrita deste artigo, apesar de todas as mudanças que o Nordeste atravessou, o flagelo da fome retornou à realidade dos nordestinos e nordestinas nesta quadra atual do século XXI — e um retorno enquanto síntese do aprofundamento do ajuste fiscal, da precarização das condições de trabalho, da falta de emprego e do acesso à renda para sobrevivência.

Nesse cenário, um estudo produzido pela Rede de Pesquisadores em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN)⁸ apresenta um compilado de dados sobre os níveis de segurança alimentar⁹ em território brasileiro que

⁸ A Rede, criada em 2012, congrega pesquisadoras/es, estudantes e profissionais de todo o país na forma de uma rede de pesquisa e intercâmbio independente e autônoma em relação a governos, partidos políticos, organismos nacionais e internacionais e interesses privados. Entre os objetivos previstos em seu estatuto, destacam-se o exercício de uma pesquisa cidadã comprometida com a superação da fome e a promoção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN), bem como a contribuição, para o debate público, de ações e políticas públicas que tenham interação com a Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN, 2021).

⁹ Os níveis de segurança alimentar (SA) e insegurança alimentar (IA) foram obtidos pela aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) a partir de oito pontos estabelecidos. Dessa forma, para a estratificação dos níveis de SA/IA, cada resposta afirmativa do questionário representou 1 ponto, sendo a pontuação do domicílio estimada pelo total de respostas afirmativas. A pontuação variou entre SA = 0; IA leve = 1-3 pontos; IA moderada = 4-5; e IA grave = 6-8. Para aqueles domicílios que não responderam algum item da escala, não foi estimado o nível de SA/IA. Para identificar a prevalência de segurança ou insegurança

atesta o contraste entre a melhoria deste indicador durante a primeira década do século XXI no país (o qual, em 2004, possuía 64,8% da população com acesso regular e suficiente à alimentação patamar, passando para 69,6% em 2009 e chegando a 77,1% em 2013) e a sua piora a partir de 2020, na crise pandêmica (Rede PENSSAN, 2021). Porém, antes de culpabilizar unicamente o coronavírus, é importante ressaltar que essa situação já vinha se agravando anos antes. A Pesquisa de Orçamentos Familiares (IBGE, 2020), realizada em 2018, já apresentou uma redução significativa nos níveis de segurança alimentar e nutricional, caindo estes em mais de catorze pontos percentuais, indo de 77,1% para 63,3%.

Desse modo, depois de uma década com o aumento dos patamares de segurança alimentar, vivencia-se uma realidade na qual a desigualdade, a pobreza e o desemprego passaram a ser elevados a partir de 2015. Os números demonstrados no Gráfico 1 expressam a erosão de um direito constitucional de acesso adequado à alimentação. O aumento da insegurança alimentar no país expressa não apenas o aprofundamento da desigualdade social, tendo a fome como a sua face mais perversa, mas também a continuidade e o agravamento das desigualdades em geral.

Assim, percebe-se, analisando a série histórica a partir do estudo seguinte do IBGE (2020), como é nítida a elevação da insegurança alimentar no Brasil, sobretudo no Norte (57%) e Nordeste (50,3%), em que mais da

alimentar no domicílio, considerou-se um conjunto de oito questões utilizadas na EBIA, sendo estas perguntas com respostas diretas: “SIM/NÃO”.

metade da população dessas regiões encontrava-se em algum nível de privação alimentar.

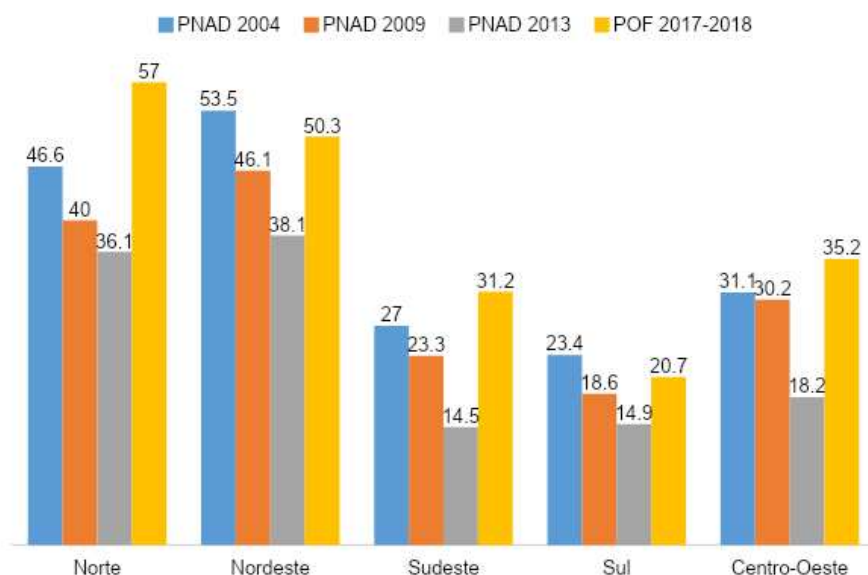


Gráfico 1. Distribuição dos domicílios por situação de insegurança alimentar. Brasil e suas regiões, 2004-2018 (%).

Fonte: Pesquisa de Orçamentos Familiares (2020). Elaboração dos autores.

O fato é que já era possível evidenciar o aumento dos níveis de insegurança alimentar a partir dos dados de 2017/2018, sendo perceptível que a trajetória de redução das desigualdades e dos níveis de pobreza e extrema pobreza foi afetada. Fruto do aprofundamento das medidas ultraneoliberais no Brasil após o golpe de 2016, o agravamento da insegurança alimentar no país encontrou um cenário ainda mais adverso em 2020: a pandemia da Covid-19. Como aponta o relatório do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC, 2020) sobre o orçamento brasileiro em 2019, a crise chegou em um país fragilizado, com altos níveis de desigualdade, baixo crescimento

econômico e taxas elevadas de desemprego e de trabalhadores na informalidade (INESC, 2020, p. 22).

No período pandêmico, a Rede PENSSAN (2021; 2022) realizou dois inquéritos sobre as condições de segurança alimentar no Brasil, revelando dados importantes sobre a precarização das condições de vida, o agravamento da desigualdade e o retorno da fome no país. No primeiro inquérito, realizado em 2020, foi identificado que, do total estimado de 211,7 milhões de brasileiros/as, 116,8 milhões conviviam com algum grau de insegurança alimentar, com 43,4 milhões destes não tendo acesso a alimentos em quantidade suficiente e 19 milhões enfrentando a fome cotidiana.

Nesse processo de elevação da insegurança alimentar (Rede PENSSAN, 2021), destacam-se dois elementos importantes: a) Com apenas 44,8% de brasileiros em segurança alimentar, compreende-se que mais da metade da população brasileira encontrava-se em situação de insegurança alimentar, fosse leve, moderada ou grave; e b) O aumento expressivo da insegurança alimentar grave significou, em termos gerais, a volta da fome no Brasil, retrocedendo-se a uma realidade que já havia sido superada, de modo que o índice de 9% da população em insegurança alimentar grave estava no mesmo patamar de 2004, o que ocorreu há mais de 17 anos, exatamente quando o país tinha iniciado um conjunto de medidas para o combate da fome e a redução da pobreza extrema.

Como aponta Rocha (2021), de fato, a pandemia atingiu o Brasil exatamente em um momento socioeconômico de aprofundamento da precarização da classe trabalhadora, promovido pelas forças

ultraneoliberais da extrema direita e encastelado no Poder Executivo e no Congresso Nacional. Pior ainda, o principal mandatário da nação, além de adotar uma postura negacionista em frente aos impactos da pandemia, expressou não ter condições políticas e nem capacidade administrativa para lidar com a gravidade da situação da crise sanitária e econômica naquele período, o que resultou na morte de mais de 700 mil pessoas, sendo o Brasil o segundo país do mundo com o maior número de mortes causadas pela Covid-19 (Worldometer, c2024).

Nesse cenário, a realidade da desigualdade, da precarização e da fome se agravaram, como atestou o segundo inquérito realizado pela Rede PENSSAN (2022), no qual foram identificadas 125,2 milhões de pessoas em insegurança alimentar, com 33 milhões se encontrando em situação de fome, expressa pela insegurança alimentar grave. Esses impactos, no entanto, não podem ser lidos de forma homogênea em todo o Brasil, pois, a partir das desigualdades regionais existentes, exacerba-se a pobreza e a desigualdade nas áreas que sofrem historicamente com elas. Conforme a Rede PENSSAN (2022), visto que essas pessoas com restrição muito grave de alimentos (IA grave) em seu cotidiano residiam em cerca de 26,0% dos lares da Região Norte e em 21,0% da Região Nordeste, ficou explícito que as desigualdades regionais no Brasil foram agravadas pelas medidas do ajuste fiscal estrutural, adotadas, sobretudo, a partir de 2016, mas repercutindo fortemente nestas regiões durante o período pandêmico, conforme demonstrado no Gráfico 2.

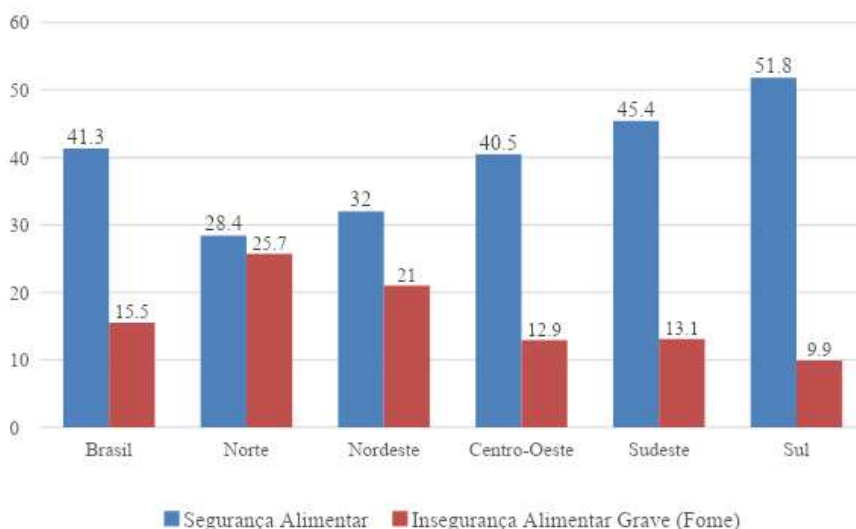


Gráfico 2. Distribuição percentual da Segurança Alimentar (SA) e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA) no país. Brasil e macrorregiões, 2021/2022 (%).

Fonte: Rede PENSSAN (2022). Elaboração dos autores.

Além disso, um estudo realizado por Rocha (2024) mostra a expressiva queda dos recursos destinados ao Programa de Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito do Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal para o período 2016-2019, ainda mais quando comparados aos recursos disponibilizados pelo PPA 2012-2015: “Nessa série histórica, em 2012 existiam mais de R\$ 4,0 bilhões de reais de dotação, enquanto que em 2019 caiu para R\$ 444,0 milhões, uma queda significativa, de modo que o recurso de 2019 não chega a $\frac{1}{4}$ do que foi previsto para 2012” (Rocha, 2024, p. 147). Verifica-se, então, as implicações do ajuste fiscal nas políticas sociais e, principalmente, na vida das pessoas em situação de extrema pobreza. No caso da Região Nordeste, esses impactos são ainda mais danosos, tendo em vista os elevados percentuais de famílias nessa condição.

É preciso, ainda, analisar a situação das famílias nordestinas situadas em um dos polos onde se concentra o maior nível de pobreza da região: a zona rural. Isso porque é necessário observar as diferenças entre os espaços urbanos e rurais, pois as dificuldades de acesso aos alimentos foram proporcionalmente mais frequentes em domicílios rurais, conforme o Gráfico 3. Assim, é possível perceber como o índice de segurança alimentar é menor no Norte e no Nordeste do Brasil, ambos abaixo das demais regiões e da média nacional, de forma que os níveis de prevalência da fome são maiores em seus territórios, com o Norte aparecendo com 40% no índice de insegurança alimentar e o Nordeste com 22,6%.

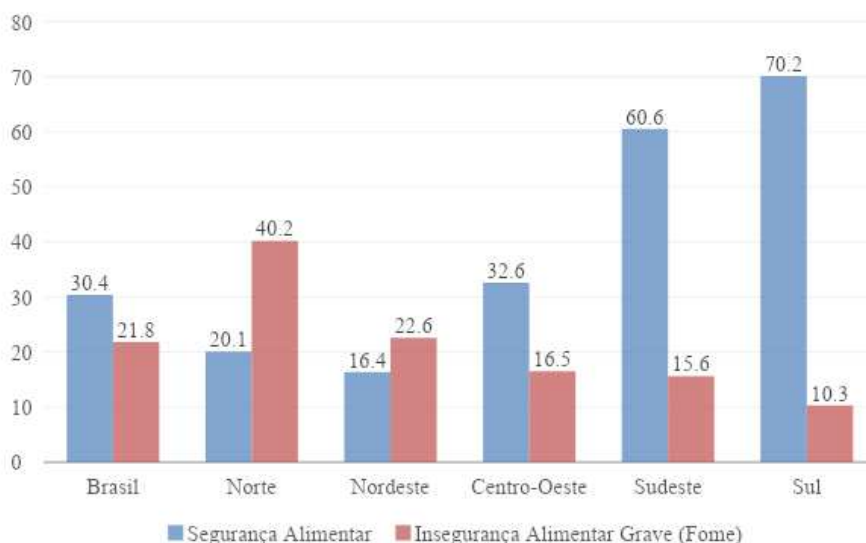


Gráfico 3. Distribuição percentual da condição de segurança alimentar e dos níveis de insegurança alimentar em domicílios de agricultores familiares/produtores rurais. Brasil e macrorregiões rurais, 2021/2022 (%). Fonte: Rede PENSSAN (2022). Elaboração dos autores.

Também é possível perceber os efeitos danosos do ajuste fiscal estrutural ao se considerar os cortes de recursos para os programas de apoio e fortalecimento da agricultura familiar ainda antes da pandemia. Rocha (2024, p. 149) alerta para essa corrosão do orçamento no PPA 2016-2019: “Percebe-se a queda de recursos destinados ao Programa para Agricultura Familiar a partir de 2016, que nesse ano já se encontrava abaixo do patamar de 2012 (R\$7,0 bilhões) e que, ao decorrer dos anos posteriores, somente diminui, chegando em 2019 com a dotação de R\$ 4,0 bilhões”. Considerando que o Nordeste concentra mais de 1/3 dos estabelecimentos de agricultura familiar do Brasil, conforme os dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2017, verifica-se que esses impactos são ainda maiores nesta região.

O fato é que o ajuste fiscal ultraneoliberal incide nas condições materiais de existência da população brasileira, principalmente para a classe que vive do trabalho. Essa determinação da vida material, no entanto, exacerba-se nas regiões que já sofrem secularmente com a desigualdade, como o Norte e o Nordeste, agravando-se os quadros sociais e econômicos de suas populações em situação de extrema pobreza, sobretudo das que residem nas áreas rurais, sem condições de acesso ao trabalho protegido e às condições básicas de subsistência, tal qual o acesso ao direito humano à alimentação saudável — com qualidade e em quantidade suficientes para atender às necessidades nutricionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises de Josué de Castro (1951) são fundamentais para analisar a permanência e a ampliação da incidência

do fenômeno da fome nos anos recentes no Brasil, sendo esta mais latente e expressa nos domicílios de agricultores nordestinos, compreendendo-se que suas causas não são de ordem natural, devendo, portanto, ser buscadas no sistema socioeconômico, pois o que está na origem da fome é a concentração da riqueza, a estrutura fundiária e a expropriação dos trabalhadores.

Conforme foi analisado neste artigo, nos tempos brasileiros atuais, identificamos as fortes determinações do agravamento da insegurança alimentar e nutricional em decorrência da retração da atuação do Estado e da erosão de direitos sociais a partir do aprofundamento das políticas ultraneoliberais de ajuste fiscal no período de 2016 a 2022, favorecendo-se o capital rentista e parasitário em detrimento de investimentos estruturais e produtivos e da melhoria das condições de vida da população empobrecida.

Verifica-se que o quadro de agravamento da fome é ainda mais pernicioso nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, com maior incidência nas áreas rurais. Uma análise das políticas implícitas e explícitas voltadas ao desenvolvimento regional possibilita que se apreenda que, no século XXI, até 2014, foi possível, apesar dos vários limites, avançar na redução dos níveis alarmantes de desigualdade e da fome na Região Nordeste do Brasil, porém, após o golpe institucional de 2016, pode-se notar o agravamento da extrema pobreza e, conseqüentemente, da insegurança alimentar e nutricional visto que a atuação estatal foi retraída pelas opções políticas ultraneoliberais que foram adotadas pelas forças conservadoras de direita e de extrema direita no poder, as quais contam com uma base social caracterizada pela disseminação do ódio e de

ataques à democracia, combinando o neofascismo ao ultraneoliberalismo.

Com a emergência da crise pandêmica da Covid-19, agravaram-se ainda mais os níveis de empobrecimento e insegurança alimentar e nutricional no país, especialmente nas áreas rurais das regiões Norte e Nordeste, conforme foi aqui demonstrado. O fato é que, em pleno século XXI, a questão regional mostra-se como uma marca persistente da realidade brasileira, de forma que o drama da fome ainda acomete parte significativa das populações nordestina e nortista empobrecidas.

Diante desse quadro social, torna-se urgente a necessidade de fortalecimento da democracia, possibilitando a livre organização e expressão dos movimentos sociais e das demais forças políticas progressistas para que exerçam pressão nos espaços de decisão política e para disputar o fundo público, avançando nos investimentos em políticas sociais, no desenvolvimento regional e no enfrentamento à fome, combatendo o drama da “morte e vida severina”.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Tânia Bacelar. Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas. In: GUIMARÃES, Paulo Ferraz *et al.* (org.). *Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste*. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2014.

BEHRING, Elaine. *Fundo público, valor e política social*. 1 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

BNB – Banco do Nordeste do Brasil. *Nordeste 2022: Estudos Prospectivos: Documento Síntese*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2014. E-book. Disponível em:

https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/bitstream/123456789/775/1/2014_LIV_EPDS.pdf. Acesso em: 27 set. 2024.

BOITO JÚNIOR, Armando. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo? *Crítica Marxista*, Campinas, n. 50, p.111-119, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1213592>. Acesso em: 27 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. *Política Nacional de Desenvolvimento Regional PNDR (Sumário Executivo)*. E-book. Brasília: SDR/MI; IICA, [s. d.].

BROWN, Wendy. *Nas ruínas do Neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. Tradução: Mario A. Marino, Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019. 256 p.

CASTELO, Rodrigo. O canto da sereia: social-liberalismo, novo desenvolvimentismo e a supremacia burguesa no capitalismo dependente brasileiro. *Revista Em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 31, v. 11, p. 119-138, 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/7562>. Acesso em: 30 set. 2024.

CASTRO, Josué. *Geopolítica da fome*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante Brasileiro, 1951.

CASTRO, Josué. *Homens e caranguejos*. São Paulo: Brasiliense, 1966.

CASTRO, Josué. *Sete palmos de terra e um caixão: ensaio sobre o Nordeste, área explosiva*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1967.

CASTRO, Josué. *Geografia da fome: o dilema brasileiro, pão ou aço*. 14. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CASTRO, Josué. Explosão demográfica e a fome no mundo. *In*: CASTRO, Anna Maria de. (org.). *Fome, um tema proibido: últimos escritos de Josué de Castro*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christina. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco. Introdução — Bases teóricas e instrumentais da economia regional e urbana e sua aplicabilidade ao Brasil: uma breve reflexão. *In*: DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco. *Economia Regional e Urbana: contribuições teóricas recentes*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 9-15.

FAO – Food and Agriculture Organization. *O Estado da Insegurança Alimentar no Mundo, 2014: fortalecimento de um ambiente favorável para a segurança alimentar e nutrição*. Roma: FAO, 2014. Disponível em:

<https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/4263eec4-27bf-492e-8f92-4d5143009a71/content>. Acesso em: 27 set. 2024.

FILGUEIRAS, Vitor Araújo. As promessas da Reforma Trabalhista: combate ao desemprego e redução da informalidade. *In*: KREIN, José Dari; OLIVEIRA, Roberto Vêras de; FILGUEIRAS, Vitor Araújo (orgs.). *Reforma trabalhista no Brasil: promessas e realidade*. Campinas: Curt Nimuendajú, 2019. p.13-52.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. *Temporalis*, Brasília, ano 2, n. 3, p. 9-32, 2001. Disponível em:

<https://www.unirio.br/cchs/ess/Members/rafaela.ribeiro/introducao-ao-servico-socal/temporalis-n-3-questao-social/view>. Acesso em: 27 set. 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em:

<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 30 jan. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Coordenação de Trabalho e Rendimento. *POF - Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html?=&t=downloads>. Acesso em: 30 set. 2024.

INESC – INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. *O Brasil com baixa imunidade: Balanço do Orçamento Geral da União em 2019*. Brasília: INESC, 2020.

MELO NETO, João Cabral de. *Morte e Vida Severina e outros poemas*. Rio de Janeiro: Alfaguara, 1974.

OXFAM BRASIL. *País Estagnado: um retrato das desigualdades brasileiras*. São Paulo: Oxfam Brasil, 2018.

REDE PENSSAN - REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR. *Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil*. [S. l.]: Rede PENSSAN, 2021. Disponível em: https://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 30 set. 2024.

REDE PENSSAN - REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR. *II Inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil*. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert; Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em: 19 set. 2024.

RESENDE, Guilherme Mendes *et al.* Fatos recentes do desenvolvimento regional no Brasil. *In*: IPEA – INSTITUTO DE

PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Texto para discussão*: 2054. Brasília: Ipea, 2015. E-book. p. 1-72. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3635/1/td_2054.pdf Acesso em: 30 set. 2024.

ROCHA, Maria Augusta Bezerra da. *Neoliberalismo, desigualdade e pandemia*: uma análise das implicações do ajuste fiscal estrutural para o agravamento da pobreza e da desigualdade social na pandemia da Covid-19 no Brasil (2020-2021). 2021. 102 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) — Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/38036/4/NeoliberalismoDesigualdadePandemia_Rocha_2021.pdf. Acesso em: 3 out. 2024.

ROCHA, Maria Augusta Bezerra da. *Neoliberalismo, questão regional e "a mesma morte Severina"*: implicações do ajuste fiscal na Região Nordeste do Brasil no Século XXI (2012-2019). 2024. 212 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) — Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/57768/1/Neoliberalismoquestaoaregional_Rocha_2024.pdf. Acesso em: 3 out. 2024.

SALVADOR, Evilásio. Disputa do fundo público em tempos de pandemia no Brasil. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 1-15, 2020. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/39326/26504>. Acesso em: 3 out. 2024.

SAMICO, Shirley de Lima; SAMICO, Sheila de Lima. Pandemia e as desigualdades: Nordeste e seus aspectos interseccionais. *Tricontinental Brasil*, 2020. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/brasil/pandemia-e-as-desigualdades-nordeste-e-seus-aspectos-interseccionais/>. Acesso em: 20 fev. 2024.

SILVA, Roberto Marinho Alves da; SILVA, Ronalda Barreto. Desafios conjunturais da construção de um projeto nacional popular e democrático no Brasil. *Revista Trilhas Filosóficas*, Caicó, ano 10, n. 1, p. 33-65, 2017. Disponível em:

<https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RTF/article/view/tf.v10i1.3062/319>. Acesso em: 3 out. 2024.

SIQUEIRA, Luana de Souza. *Pobreza e serviço social: diferentes concepções e compromissos políticos*. 2011. 371 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) — Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em:

<https://www.btdt.uerj.br:8443/bitstream/1/15877/1/Tese%20Luana%20de%20Souza%20Siqueira.pdf>. Acesso em: 3 out. 2024.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. *Tendências ideológicas do conservadorismo*. 2016. 304 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) — Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em:

<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/18011/1/TESE%20JAMERSON.pdf>. Acesso em: 3 out. 2024.

WORLDOMETER. *Worldometer*, c2024: Pandemia do coronavírus Covid-19. Disponível em:

<https://www.worldometers.info/coronavirus/>. Acesso em: 22 out. 2024.